

Decreto nº 6  
de 7 de Agosto de 1912.

Autorizo o pagamento das despesas futuras com o pessoal do serviço sanitário e daquelas consideradas.

O Capitão José Antônio de Moraes, Prefeito do Município de Piedade.

Dá-se saber que a Câmara Municipal aprovou essa lei de 5 do corrente duretse e em formulgo a lei seguinte:

Artigo 1º: Sela verba inprevista, da lei orçamentaria em vigor, fica o Prefeito autorizado a mandar pagar as despesas futuras, não só com a epidemia do alastrim, como também com o médico do serviço sanitário e pessoal encarregado da desinfecção, podendo abrir crédito suplementar que for necessário.

Artigo 2º: Renegocie-se os disporiados em contrario.

O Secretario a faca registrar e publicar.

Prefeitura do Município de Piedade, 7 de Agosto de 1912.

José Antônio de Moraes  
José Garibaldi de Nicolo.

Publicada na mesma data na Secretaria da Prefeitura.

Secretario,  
José Garibaldi de Nicolo

76

Lei N<sup>o</sup> 47

de 16 de Outubro de 1912.

Autoriza a abertura de

créditos suplementares

O Capitão José Antônio de Moraes, Prefeito do  
Município de Piedade.

Faz saber que a Câmara Municipal  
pelas suas sessões de presente, desceu e promulgou a seguinte

lei:

Artigo 1º: Fica o Prefeito autorizado a abrir crédito suplementar que for necessário, para o acervo que se manifestar de despega nas seguintes verbas: expediente da Câmara e porcentagem, conseguadas na lei de orçamento vigente.

Artigo 2º: Renegocia-se as disposições em  
contrário.

O Secretário faz registrar e publicar,

Prefeitura do Município de Piedade, 16 de Outubro de 1912.

José Antônio de Moraes.

Raphael de Nicolay.

Publicada na mesma data na Secretaria da Prefeitura.

O Secretário,  
Raphael de Nicolay

Lei N<sup>o</sup> 48-

de 7 de Novembro de 1912.

Determina a higiene nos  
aconquias e das outras par-  
ticularidades

O Cap. José Antônio de Moraes, Prefeito do  
Município de Piedade.

Faz saber que a Câmara Municipal  
pelas suas sessões de 5 do corrente, desceu e promulgou